



As eleições iraquianas: as condições de segurança e os alinhamentos políticos

∞ MARIA DO CÉU PINTO

PROFESSORA NA UNIVERSIDADE DO MINHO
ESPECIALISTA EM ESTUDOS ISLÂMICOS E DO MÉDIO ORIENTE

A criação de um Governo escolhido pelos iraquianos e, por consequência, visto como legítimo, será um factor crítico para fazer frente à insurreição e colocar o país no caminho da estabilidade. O processo de normalização do país e de retoma da independência tinha de começar por algum lado. Embora fosse debatível se as condições estavam reunidas, a não realização do acto eleitoral poderia ter aumentado as tensões, alienado a maioria xiita e enfraquecido a legitimidade do Governo provisório.

A situação de segurança

A 30 de Janeiro, os iraquianos participaram nas primeiras eleições legislativas directas e multipartidárias desde 1953. Depois do golpe de Estado de 1958 não voltou a haver eleições legislativas, isto até o partido Baas criar a Assembleia Nacional de 1980, controlada com mão de ferro pelo regime. Em 1958 a monarquia terminou com o sangrento golpe de Estado de Abd al-Karim Kassem. Outros golpes iriam seguir-se em 1963 e 1968. O golpe de Estado de 1958 conferiu ao país um rumo definitivo, marcando tendências do qual não se iria subsequentemente desviar: a preponderância dos militares na vida política e a exclusão da democracia como forma de regime.

As eleições marcaram o início de um processo político, não o seu fim. A partir daqui vai criar-se um Governo representativo num cenário que apresenta múltiplas limitações, numa altura em que o Governo (Governo Iraquiano Interino) não conseguiu estabelecer controlo efectivo sobre grande parte do território. As eleições estiveram na mira dos rebeldes e dos terroristas e, com grande probabilidade, contribuíram para agravar as tensões entre os sunitas e os xiitas, bem como outras comunidades étnico-religiosas.

Em virtude das condições que antecederam as eleições, muitos analistas e membros do Governo interino defenderam o adiamento do escrutínio. Nas sondagens realizadas nessa altura, nove em dez sunitas exprimiram a sua intenção de não participar no escrutínio, caso persistissem as ameaças contra os locais de voto. Tal não significou necessariamente que as eleições foram um fracasso. A criação de um Governo escolhido pelos iraquianos e, por consequência, visto como legítimo, será um factor crítico para fazer frente à insurreição e colocar o país no caminho da estabilidade. O processo de normalização do país e de retoma da independência tinha de começar por algum lado. Embora fosse debatível se as condições estavam reunidas, a não realização do acto eleitoral poderia ter aumentado as tensões, alienado a maioria xiita e enfraquecido a legitimidade do Governo provisório.

Tratou-se, efectivamente, de um acto eleitoral no mínimo invulgar. Não houve campanha, nem discussão política e nenhuma lista divulgou as suas posições sobre o debate constitucional. Por motivos de segurança, nem os nomes nem as caras dos candidatos são conhecidos, sabendo-se apenas os partidos ou tribos que integram as coligações e quem ocupa os primeiros lugares de cada lista. A violência pode ter um efeito dissuasor na população, inclusive em Bagdade, onde algumas áreas escapam ao controlo das autoridades e das forças de segurança.

Com a aproximação das eleições, as autoridades norte-americanas reconheceram que a situação de insurreição era grave em, pelo menos, quatro das 18 províncias do Iraque.¹ Nas últimas semanas de Dezembro, a guerrilha in-

tensificou os ataques numa tentativa de intimidar os iraquianos que queriam ir votar. Até às eleições, o surto de ataques contra as forças ocupantes e as forças de segurança iraquianas registou um pico de 80 atentados por dia. A intensidade dos ataques tinha diminuído desde Novembro de 2004, para rondar os 70 por dia.²

A situação é mais crítica na província de al-Anbar, coração da oposição sunita, que inclui Falluja e Ramadi; nas províncias de Ninive e Salahadin, de que dependem respectivamente Mossul (segunda cidade do Iraque com cerca de 3 milhões de habitantes) e Tikrit (cidade natal de Saddam Hussein) e uma parte imprecisa da zona de Bagdade (com 5 milhões de habitantes). Nestas zonas, que as autoridades norte-americanas definem como «não suficientemente seguras», concentra-se quase um terço da população do país. A segurança nas cerca de 9 mil assembleias de voto deverá ser garantida essencialmente pelas forças iraquianas. Apesar da sua inexperiência,³ 127 mil homens mantiveram a segurança do acto eleitoral, ainda que uma perspectiva mais realista apontasse para a necessidade de 270 mil homens. Com a aproximação das eleições, os norte-americanos aumentaram as suas forças de 138 para 150 mil homens.

As sondagens indicaram que, relativamente à segurança, os iraquianos salientam dois aspectos: o primeiro, é a segurança no quotidiano para si e para as suas famílias; o segundo, é a redução ou a retirada das forças militares da Coligação (Força Multinacional, MNF) e, em particular, as forças dos EUA. A população, especialmente os iraquianos sunitas, exigem a retirada dos soldados estrangeiros desde a transferência de soberania para o Governo Iraquiano Interino, em Junho de 2004.

Embora se compreenda a lógica destas reivindicações, as duas aspirações não são actualmente conciliáveis. As sondagens demonstram, por um lado, que a população encara a segurança de um ponto de vista nacionalista e a presença de tropas estrangeiras como uma violação da soberania e orgulho nacional. Por outro lado, os iraquianos têm ambições que são irrealistas em relação às suas forças militares e de segurança, pois esperam destas uma eficácia que não poderão evidenciar a curto prazo. A população parece não se ter apercebido da fraqueza das forças militares, de segurança e de polícia de Saddam Hussein.

As forças de Saddam Hussein debandaram em massa em Março e Abril de 2003, à medida que as forças de Coligação avançavam. O colapso que teve lugar na força de polícia iraquiana foi concomitante com a desagregação do aparelho estatal iraquiano. Os sunitas iraquianos têm sido particularmente hostis às forças da Coligação e, a maior parte, encarou a invasão como um acontecimento humilhante e ilegítimo. Os xiitas foram mais compreensivos,

pelo menos nos primeiros meses da presença militar estrangeira, mas também desejam a retirada da Coligação e a assunção das tarefas de segurança pelos próprios iraquianos. Só os curdos, que constituem cerca de 15% da população, têm fornecido um apoio quase incondicional aos norte-americanos.

Muitos analistas têm criticado a decisão americana de dissolver, em Maio de 2003, as forças militares do regime de Saddam Hussein. A realidade é que, de um modo geral, o aparelho militar se tinha desagregado em meados de Abril de 2003. A maior parte das forças regulares, recrutada com base no serviço militar obrigatório, tinha desertado em massa. As unidades mais pesadas do exército não só eram ineficazes, como tinham sofrido de deserções e de pilhagens generalizadas. As unidades da Guarda Republicana e a Guarda Republicana Especial foram derrotadas em combate pela Coligação. De qualquer forma, a sua posição especial dentro do aparelho do regime tornava impossível o seu aproveitamento no pós-guerra. Além disso, o grosso da polícia esfumou-se à medida que o resto do Estado se esboroava. No final da guerra, pouco restava das instalações daquelas forças. Os depósitos de material foram alvo de pilhagens e o que sobrou pouca utilidade tinha para o período pós-Saddam Hussein.

As críticas sobre a dissolução das forças de segurança de Saddam Hussein não têm em conta que elas padeciam de enormes limitações: careciam de treino, comando eficaz, além de lhes faltar a motivação para servir no novo Iraque libertado. A maior parte das forças tinha um treino deficiente, uma liderança frágil, e, factor igualmente importante, tinha sido concebida para proteger o regime e não a nação. O regime funcionava, aparentemente, porque assentava num sistema profundamente corrupto. Tinha criado um sistema de incentivos para manter a lealdade do exército. Os serviços estavam sobrecarregados de oficiais, habituados a uma série de recompensas e de privilégios, mas que não tinham espírito de iniciativa nem de liderança.

Contudo, é também verdade que a Coligação demorou demasiado tempo a pôr de pé as forças iraquianas e a polícia. Embora ninguém tivesse previsto o tipo e escala de insurreição que se poderia vir a gerar, muitos académicos e analistas (das próprias agências governamentais americanas) avisaram para um curso de acção pernicioso, após um primeiro momento em que as forças americanas seriam acolhidas como libertadoras. Sendo a população iraquiana fortemente nacionalista e dotada de um marcado sentido de orgulho nacional, como o prova a resistência ao domínio inglês na década de 20,⁴ seria de esperar forte hostilidade em relação à ocupação estrangeira.

A Coligação foi muito lenta a criar as forças iraquianas de segurança. Inicialmente, tentou pôr de pé um simulacro de forças armadas para defender as fronteiras do país de agressões externas e infiltrações. Contudo, não se

dedicou seriamente à criação de forças de polícia para enfrentar a insurreição e as ameaças à segurança, apesar dos avisos de algumas equipas militares de aconselhamento dos EUA que visitaram o país. Os EUA não se aperceberam dos perigos de uma campanha sustentada de insurreição interna, nem da prioridade a conceder ao envolvimento dos próprios iraquianos na contra-insurreição. Só em Abril de 2004, quase um ano após a queda de Saddam Hussein e nove meses após o início da insurreição, é que começaram a dedicar-se seriamente ao treino e equipamento das forças iraquianas

Os analistas anteviram que Saddam Hussein poderia estar a preparar a rebelião pós-guerra e, para esse efeito, a dispersar armas e munições. Antes da guerra, os serviços de informações norte-americanos receberam sinais de que Saddam Hussein estaria a planear uma campanha de resistência se perdesse o controlo das principais cidades e que algumas forças de segurança organizariam formas alternativas de resistência se o regime caísse.⁵ As armas foram distribuídas por grupos como o Exército Popular. Já durante o conflito, «os EUA aperceberam-se que 900 depósitos de munições e 10 000 esconderijos de armas – além de 650 000 toneladas de munições – tinham sido espalhados pelo país. Era claro nessa altura, que muitas tinham sido roubadas e que a Coligação não tinha pessoal para capturar o resto. Embora a Coligação alegasse ter destruído ou tomado posse da maior parte das munições, em Outubro de 2004, não se sabia do paradeiro de cerca de 250 000 toneladas de munições.»⁶

A segurança tornou-se a principal preocupação dos iraquianos e da Coligação. Desde a queda de Saddam Hussein que a violência tem vindo a conhecer um crescendo. No início, tratava-se sobretudo de situações de ajuste de contas, pilhagens e alguma limpeza étnica levada a cabo pelos curdos no norte. A partir do Verão de 2003, começa a esboçar-se uma insurreição organizada. Esta tem sido liderada pelos sunitas, mas os xiitas também têm contribuído, em especial a milícia de Moqtada al-Sadr.

A violência tem um raio de alcance indiscriminado: contra a ONU (19 de Agosto 2003: camião-bomba, 22 mortes); contra organizações humanitárias (27 de Outubro 2003: carro-bomba contra a sede da Cruz Vermelha Internacional); contra a comunidade xiita (29 Agosto 2003: carro-bomba, 83 mortos, inclusive o *Ayatollah* Mohammed Baqr al-Hakim; 3 de Março 2004: carro-bomba contra duas mesquitas em Karbala, 182 vítimas; 19 de Dezembro 2004: 60 mortos em dois ataques suicidas com carros-bomba em Najaf e Karbala); contra os curdos (2 de Fevereiro 2004: 101 mortos na sede do partido curdo em Erbil); contra as autoridades e as forças da Coligação (18 de Janeiro 2004: ataque kamikaze contra a Autoridade Provisória da Coligação,

25 mortos, quase todos iraquianos; 12 de Novembro 2003: ataque contra o contingente italiano em Nassíria, morreram 19 italianos e 9 civis iraquianos).

A violência não afecta todo o território iraquiano, mas não tem poupa-do as principais cidades e suas zonas envolventes. É o caso de Mossul e de Bagdade. A insurreição atingiu proporções alarmantes no chamado «triân-gulo sunita» e nas zonas de maioria sunita, como al-Anbar, e cidades e vilas a norte e sul da capital. Desde Maio de 2004, que Mossul, no norte, tem regista-do um aumento de ataques. Aquela cidade do norte tomou o lugar de Falluja como centro da actividade insurreccionista sunita.⁷ Contudo, Bagdade conti-nua a registar cerca do dobro dos ataques e incidentes das regiões acima refe-ridas, que se elevam a 300–400 por mês.⁸

As forças da Coligação e as forças do Governo interino tiveram alguns su-cessos militares contra os rebeldes sunitas e os xiitas em cidades como Najaf, Bagdade, Samarra, Falluja e Mossul. Porém, as campanhas de contra-insur-reição não criaram uma situação de segurança permanente em nenhuma cidade ou região. Apesar das perdas importantes, os rebeldes continuam a multiplicar-se. A batalha de Falluja terá favorecido a popularidade da causa rebelde junto da população sunita. No mínimo, terá contribuído para polarizar a opinião pública sunita, instilando dúvidas naquela parte da população que se opunha aos rebeldes. É também provável que se tenha alargado o apoio de secções do clero sunita à insurreição. A captura de material e de forneci-mentos não deverá constituir um problema para os rebeldes a curto-prazo, dado a número de armas que roubaram dos vastos arsenais do regime duran-te a invasão americana.

A batalha de Falluja, em Novembro de 2004, foi o ponto alto da contra-insurreição organizada pela Coligação. Nela terão morrido cerca de 1200 re-beldes e terão sido capturados outros 2 mil. A Coligação perdeu 54 soldados norte-americanos e oito iraquianos.⁹ Falluja permanece um foco de insurrei-ção e os rebeldes continuam a desenvolver alguma actividade de baixa inten-sidade em partes da cidade. A perda de Falluja privou os rebeldes sunitas e os grupos terroristas do seu principal santuário no país. Contudo, desde a queda de Falluja que os ataques contra as forças iraquianas e da Coligação têm au-mentado na capital, em Mossul, Karbala e Najaf. O «triângulo sunita», que segue a linha do vale do Tigre, a província de al-Ansar, a oeste de Bagdade e o «triângulo da morte», a sudeste de Bagdade, são áreas de intensa actividade rebelde. Aliás, durante a batalha de Falluja, vários grupos rebeldes intensifi-caram os ataques nestas áreas. Possivelmente, terão planeado dispersar-se e deslocar as suas actividades antes do início da operação em Falluja.¹⁰ A esta-bilidade nas zonas xiitas e curdas também é incerta.

Cerca de 90–95% da guerrilha é composta por sunitas. Até ao momen-

to, foram 35 os grupos a fazerem reivindicações de atentados ou outro tipo de declarações públicas. Os rebeldes sunitas formam um complexo mosaico com motivações diversificadas: nacionalistas, pró-Baas/ex-regime, islamistas locais, fundamentalistas estrangeiros, voluntários estrangeiros com motivações diversas e elementos criminais movidos pelo lucro. A maior parte da guerrilha é composta por nacionalistas sunitas. Trata-se não tanto de saudosistas do antigo regime e ex-Baasistas, mas de sunitas que estão a lutar pelo poder no Iraque. Essa luta tem como objectivo maximalista a continuação do domínio político dos sunitas; como objectivo minimalista, criar um cenário de caos onde as tropas estrangeiras se atolem e evitar que os xiitas assumam a sua posição maioritária no xadrez político. Os sunitas gozam da vantagem de se terem começado a preparar para o cenário de guerrilha antes da guerra. Depois disso, têm vindo a alargar a sua base de apoio, incluindo aos próprios islamistas.

Os norte-americanos calcularam os efectivos dos rebeldes em 5 mil no período entre o Outono de 2003 e o Verão de 2004. Em finais de 2004, a estimativa era de 12 a 16 mil rebeldes, embora sem destrinçar o seu grau de envolvimento nas acções armadas.¹¹ Em Dezembro, o chefe do serviço de informações iraquiano, Gen. Mohammed Shahwani, calculava que o número de rebeldes atingisse aos 200 mil, com 40 mil a constituir o núcleo duro e o resto como apoiantes activos.¹² Trata-se de um cenário de pesadelo para qualquer exército. O antigo representante britânico no seio da Autoridade Provisória da Coligação, Sir Jeremy Greenstock, admitiu recentemente que a Coligação tinha perdido «o controlo da situação».¹³ Greenstock afirmou ainda que a insurreição era «irremediável» e «impossível de erradicar».¹⁴ A realidade é que a insurreição goza do apoio generalizado da população nas zonas sunitas.

Na sua maior parte, os grupos rebeldes actuam autonomamente. Nos últimos tempos, tem-se tornado evidente um padrão de cooperação entre eles, com algum tipo de comando central, planeamento e financiamento. Usam a internet para coordenar as operações e para trocar informação sobre táticas, alvos e possivelmente, a coordenação de actividades faz-se também com grupos e elementos no estrangeiro. Têm demonstrado capacidade de adaptação, aprendendo com as ofensivas montadas pela Coligação.

Os rebeldes cooperam com elementos criminais para pilhar e sabotar. Exploram as fraquezas das forças de segurança que não podem cobrir todo o território e estão sedeadas em lugares excessivamente expostos. A observação dos alvos é uma actividade fundamental, facilitada pela dispersão das bases militares e pela vulnerabilidade dos alvos. Ela é co-adjuvada pelos informadores e elementos infiltrados. A infiltração no seio das forças estrangeiras é considerável, sendo este um dos maiores problemas que a Coligação e as for-

ças iraquianas enfrentam. Trata-se geralmente de iraquianos que trabalham ao serviço dos estrangeiros e cuja colaboração com os rebeldes pode ser voluntária ou extraída a custo de ameaças sobre a família e amigos. Os rebeldes têm prosseguido, com sucesso, uma estratégia de ataque aos *soft targets*: companhias estrangeiras, infra-estruturas, as ONGs e os jornalistas. A sabotagem das instalações petrolíferas e dos oleodutos faz parte da estratégia que visa dificultar a tarefa da reconstrução do país, de forma a que o fracasso se vire contra a Coligação. Os rebeldes usam com habilidade a arma da intimidação, com o rapto de estrangeiros, especialmente representantes da comunicação social e membros das ONG, e a chacina, a sangue-frio, das forças de segurança iraquianas.

Uma componente importante da insurreição é composta por elementos externos, os chamados «voluntários» e, em especial, os fundamentalistas, como aqueles liderados por Abu Musab al-Zarqawi («Organização da al-Qaeda para a Guerra no Iraque»). Trata-se de uma facção importante, não pela sua dimensão numérica (entre 5–10% dos rebeldes), mas pelas repercussões da sua actividade. Não são uma força organizada, à excepção do grupo de al-Zarqawi. Mesmo este será constituído por uma série de células com uma organização central relativamente reduzida. Em Falluja, o grupo de al-Zarqawi não deveria dispor de mais de mil elementos, com o núcleo forte a não ultrapassar algumas centenas.

O movimento de al-Zarqawi tem sido muito eficaz ao seleccionar alvos de grande importância política e impacto mediático. Especializou-se no rapto de estrangeiros e em actos sangrentos e espectaculares, como a decapitação dos reféns e os atentados-suicida.

Trata-se, no geral, de *free-lancers* e de amadores, provenientes de vários países, e sem história de pertença prévia a qualquer grupo violento ou fundamentalista. O seu amadorismo e a sua inexperiência não impedem que se tornem elementos valiosos para desempenhar tarefas de apoio. Alguns podem ser treinados para executarem acções como condutores-suicidas ou limitar-se a tarefas mais básicas, mas indispensáveis, como a recolha de informações e a observação do inimigo. Na avaliação da ameaça que estes indivíduos constituem, é preciso ter em conta que eles fazem parte de uma tendência e de uma estratégia mais ampla, que considera o Iraque como o novo campo de guerra e esta como uma *jihad* contra os infiéis ocidentais. O Iraque foi assim integrado na estratégia de «*Jihad* Global» da al-Qaeda, que tem conseguido expandir o seu campo de operações para arenas mais vastas.

Estes extremistas que oferecem os seus préstimos e a sua vida no combate contra as tropas estrangeiras são, na sua esmagadora maioria, sunitas. Estes radicais sunitas ambicionam criar um império do Islão onde os xiitas sejam

excluídos por serem considerados «herejes». Os radicais sunitas evitaram atacar os xiitas abertamente. Os ataques contra alvos xiitas têm sido episódicos, mas é revelador que tenham aumentado à medida que se aproxima a data das eleições. As considerações estratégicas prevalecem naturalmente sobre as antipatias religiosas: no imediato, o importante é a derrota e a expulsão das tropas de ocupação. Alguns rebeldes sunitas cooperaram mesmo com al-Sadr e a sua milícia.

No futuro, e num cenário de intensificação da insurreição, o choque entre as duas comunidades é uma possibilidade. Os rebeldes sunitas têm muito a ganhar se houver um confronto e se o Iraque continuar a ser cenário de violência. Os ataques de 19 Dezembro de 2004, nas cidades santas xitas de Najaf e Karbala, podem ser a demonstração da intenção dos rebeldes sunitas de criar uma guerra sectária. Ao provocar uma reacção violenta dos xiitas, os atacantes podem querer desencadear uma guerra civil com contornos religiosos. Tal cenário tornaria o Iraque ingovernável, impediria o controlo político dos xiitas e arrastaria os norte-americanos para um pântano ainda mais profundo.¹⁵

Outro grupo importante é o «Exército do Ansar al-Sunna». Trata-se provavelmente de um grupo ligado ou o principal sucessor do «Ansar al-Islam», um grupo da galáxia da al-Qaeda que estava implantado na zona curda. Al-Zarqawi, um dos mais brilhantes alunos das escolas da al-Qaeda no Afeganistão, refugiou-se junto do grupo antes do início da guerra, possivelmente esperando o momento oportuno para pôr em prática a estratégia da guerrilha islâmica. Os serviços de informações ocidentais tinham detectado a concentração de elementos fundamentalistas no norte do país. Alguns eram provenientes das comunidades muçulmanas do Ocidente. Em Milão, a polícia descobriu uma rede que enviava voluntários a mártires que se pretendiam imolar contra os norte-americanos no Iraque. O «Ansar al-Islam» está ainda activo. O «Exército do Ansar al-Sunna» é responsável pelo ataque de Dezembro contra os soldados norte-americanos em Mossul e por outros oito ataques de grandes dimensões. Terá ligações a al-Zarqawi e à al-Qaeda.

A resistência xiita foi protagonizada por Moqtada al-Sadr, filho de *Ayatollah* Mohammed Sadiq al-Sadr, um importante *ayatollah*¹⁶ que foi executado por Saddam Hussein, em 1999. Al-Sadr herdou o prestígio do pai, um *ayatollah* de cariz populista que criou um séquito considerável entre as camadas mais pobres da população xiita, especialmente nos centros urbanos. Al-Sadr herdou ainda a vasta rede de instituições de caridade, escolas e mesquitas, bem como o discurso populista do pai e o seu arsenal mitológico.¹⁷ Em Março de 2004, a Autoridade Provisória da Coligação decidiu fechar o seu jornal e, em Abril, prendeu um dos seus principais colaboradores. Estas

manobras, contra um movimento, à época, obscuro e pouco influente, acabariam por fazer de al-Sadr o herói da resistência. O seu «Exército do Mahdi» constituiu, durante o Verão de 2004, uma ameaça para as tropas da Coligação em Najaf, no sul do Iraque e em zonas da capital, como a zona de população xiita de Sadr City.

A milícia de al-Sadr retirou-se de Najaf na sequência do cessar-fogo negociado pelo «Grande *Ayatollah*», Ali Husseini al-Sistani,¹⁸ mas não foi dissolvida. A ameaça de al-Sadr poderia ser reactivada a qualquer momento. A sua milícia ter-se-á reconstituído no extenso bairro xiita de Sadr City e noutras zonas do sul do Iraque. A influência de al-Sadr aumentou à medida que se tornou num alvo a abater por parte da Autoridade Provisória da Coligação. É um homem que não pode aspirar ao título de autoridade xiita e não possui as credenciais religiosas do pai, mas que apela a largos segmentos da população que não se revêem no clero conservador e formalista de Najaf e de Karbala.¹⁹

O alinhamento político para as eleições

O processo que conduzirá a um Iraque independente é o resultado de um calendário estabelecido em 2004 sob pressão dos iraquianos e da comunidade internacional. O processo foi desencadeado em Março do ano passado e conheceu um momento importante com as eleições legislativas de 30 de Janeiro.

A 8 Março de 2004 foi aprovada a constituição interina (Lei Administrativa Provisória). A 28 de Junho, quando a lei entrou em vigor, foi nomeado um Governo provisório. A 1 de Novembro, teve início o recenseamento dos eleitores. A data-limite para as candidaturas, quer de partidos e candidaturas individuais, era 22 de Novembro. Para as províncias, o prazo para o registo das listas eleitorais era 23 de Novembro. Na capital, a data-limite era 30 de Novembro. A campanha eleitoral teve início a 15 de Dezembro.

O objectivo das eleições foi a formação de uma assembleia constituinte (Assembleia Nacional Transitória), cuja principal tarefa deverá ser a de elaborar e aprovar a Constituição definitiva do Iraque. A assembleia elegerá, entre os seus membros, um presidente e dois vice-presidentes. Eles, por sua vez, escolherão o primeiro-ministro entre os deputados eleitos. A Constituição deverá estar pronta até 15 de Agosto de 2005, de forma a ser submetida a referendo popular até 15 de Outubro. Até Dezembro de 2005, deverão realizar-se eleições para a formação do Governo, o qual deverá estar em funções até Janeiro de 2006.

Em Janeiro, haverá também eleições para 18 conselhos de província (incluindo Bagdade), bem como para o parlamento curdo autónomo no norte (renovação dos 111 lugares desta instituição que funciona desde 1992). Os elei-

tores escolherão 275 membros para a Assembleia Nacional Transitória. Os partidos e as coligações são obrigados a apresentar listas com um mínimo de 12 candidatos. Podem concorrer candidatos a título individual, desde que apresentem uma petição com 500 assinaturas. As regras estabelecem que o terceiro nome da lista deve ser uma mulher, para assegurar que um quarto da assembleia seja composto por mulheres. Não podem concorrer ex-membros do Baas (de certo relevo), membros das actuais forças armadas iraquianas e as milícias armadas.

Candidataram-se mais de 120 entidades,²⁰ entre partidos, coligações e candidaturas individuais, formando um total de 8 mil candidatos. O voto é proporcional, o que significa que cada partido receberá exactamente a proporção de assentos na assembleia que obteve na votação.

Alguns defendem que o processo eleitoral deveria ser adiado para que fosse revisto o sistema eleitoral baseado no círculo único. Na opção escolhida, todo o país é tratado como um só círculo eleitoral. Este sistema beneficia o voto individual em detrimento das estruturas regionais, como as comunidades étnico-religiosas e as tribos. Ao fazer do país uma única circunscrição, dilui-se o peso dos regionalismos e das especificidades demográficas das várias zonas do Iraque (zona curda no norte; zona sunita no centro-sul e zona xiita no sul). Este sistema contribuirá para fazer emergir o peso dos xiitas que constituem a comunidade maioritária. Os sunitas são os principais defensores de um sistema que garanta a representação proporcional na assembleia nacional.

Os xiitas formaram uma coligação liderada pelo *Ayatollah* al-Sistani, com a designação Aliança Iraquiana Unida. Para os observadores, a grande surpresa foi o facto de Moqtada al-Sadr ter decidido não integrar a coligação. Al-Sadr declarou que o envolvimento dos religiosos na vida política é «contra o Islão».²¹ A sua decisão possivelmente baseia-se mais em cálculos de oportunidade do que em motivações religiosas. Al-Sadr tem interesse em afirmar as suas credenciais religiosas, mas a sua mensagem apela às camadas xiitas mais desafectas e aquelas que não se revêem na liderança espiritual e apolítica do actual aparelho xiita. Aliás, o *Ayatollah* al-Sistani assumiu, a contra-gosto, um papel político e tem sido um factor de moderação do comportamento dos xiitas. Al-Sadr não aceita o papel de liderança que a hierarquia xiita tem desempenhado e apresenta-se como uma alternativa no universo xiita. Na sua concepção política, que mistura autoridade religiosa e um discurso populista, al-Sadr constitui, efectivamente, uma versão mais moderna – do tipo Khomeini no Irão. Al-Sadr não se quer subordinar, no âmbito da coligação, nem alienar a sua base de apoio que, possivelmente, tenderá a crescer.

A coligação presumivelmente arrecadará a maioria dos votos, não só o

voto xiita, mas os votos de todo o Iraque. A lista xiita beneficiará da abstenção dos sunitas, que terão mais dificuldade em se dirigirem às urnas, dada a situação de violência que se regista em muitas áreas sunitas, e as ameaças de atentados. Além disso, os sunitas estão pouco motivados para participar. Encaram com desconfiança um processo político que julgam ter sido orquestrado contra eles e já se resignaram à perda do poder.²²

A coligação xiita inclui o Conselho Supremo para a Revolução Islâmica no Iraque (SCIRI, em inglês) e o partido islamista al-Da'wa.²³ O SCIRI foi formado no Irão, em 1982, pelo *Ayatollah* Mohammed Baqir al-Hakim, morto num atentado suicida em Agosto de 2003. Al-Hakim era filho de um dos mais influentes *ayatollahs* do mundo xiita, Muhsin al-Hakim. O SCIRI ambiciona criar um Estado governado pelo clero xiita, à semelhança do que fez Khomeini no Irão, ao implantar a sua doutrina do *Velayat-e Faqih* (governo do sábio/doutor muçulmano).²⁴ O SCIRI possuía uma milícia própria, a Brigada Badr, que chegou a ter 10 mil efectivos. O seu líder actual, Abdel Aziz Hakim, irmão do *ayatollah* assassinado, participou no Conselho de Governo do Iraque.²⁵

O al-Da'wa é o mais antigo partido xiita e tem a sua origem nos finais dos anos 50 e no período da chamada «Renovação Xiita». O partido tem a ambição de criar um Estado islâmico, pelo que se pode considerar fundamentalista. O seu objectivo historicamente era reforçar a identidade religiosa xiita de forma a fazer face à influência das ideologias ocidentais, através da renovação das instituições religiosas, inclusive o clero tradicional.²⁶ O al-Da'wa é mais modernista que o SCIRI e tem evoluído para posições mais pragmáticas. Actualmente aceita as eleições livres e a instituição de um Governo democrático. Também admite que o Estado islâmico que ambiciona criar não seja imposto pela autoridade, mas seja o resultado de uma escolha livre da população mediante o voto. O porta-voz do partido, Ibrahim Jaafari, é actualmente um dos dois vice-presidentes do Iraque.

Os partidos curdos aliaram-se, formando uma aliança pan-étnica. Trata-se dos dois partidos históricos do Curdistão, o Partido Democrático Curdo e a União Patriótica do Curdistão. Os curdos acumularam uma vasta experiência política e contam com quase uma década de autonomia face ao Governo central. Ambos têm à sua disposição milícias contando dezenas de milhar de elementos (os *peshmergas*). Os curdos afirmam não perseguir o objectivo da independência. Preferem um Iraque unido, democrático e federal em que o Curdistão figure como uma das unidades federadas. Responsáveis curdos têm indicado que colaborarão num futuro Governo que assegure, a nível constitucional, os direitos de todas as comunidades.²⁷

A aliança curda arrecadará os votos da população, o que fará dos curdos

um parceiro político incontornável. Aliás, os curdos estiveram bem representados dentro do Governo provisório, dispondo de vários lugares, incluindo de um posto de vice-presidente e da pasta dos negócios estrangeiros. Será um dos intervenientes importantes do futuro xadrez político, possivelmente como parceiro de um Governo de coligação liderado pelo bloco xiita.

Quem defende o adiamento das eleições são essencialmente os sunitas porque vivem nas zonas onde a violência mais se faz sentir. Também não se conseguiram reorganizar politicamente desde a queda do regime de Saddam Hussein, onde os sunitas dominavam.²⁸ Esta comunidade sente-se ameaçada porque inevitavelmente perderá o poder de que, apesar de minoritária, gozou com Saddam Hussein. No Conselho de Governo Provisório, os sunitas ocuparam apenas 16% dos lugares.²⁹

Depois da invasão, o único partido que desempenhou um papel oficial na Autoridade Provisória da Coligação foi o Partido Islâmico Iraquiano. Este partido reflecte uma forma moderada de islamismo (semelhante à dos islamistas turcos de Recep Tayyip Erdogan), que respeita o pluralismo político. À semelhança dos xiitas, os sunitas também procuraram criar instituições religiosas representativas do aparelho religioso. Formaram a Associação dos *Ulama* Muçulmanos, à qual a maior parte dos *ulama* sunitas aderiu. Esta aspira a ser não só a principal autoridade religiosa mas também a representante política da comunidade sunita.

Os sunitas não possuem uma hierarquia religiosa, poderosa e influente, como a *hawza* xiita. Ao contrário do clero xiita, que controla um vasto património e uma rede de variadas instituições, o clero sunita não goza de independência (principalmente financeira) face ao Estado. É um facto revelador que os norte-americanos tenham estabelecido rapidamente pontes com o clero xiita. O «Grande *Ayatollah*» Al-Sistani emergiu como o representante credível e legítimo da maioria dos xiitas (embora em certas zonas xiitas al-Sadr seja mais popular). Durante o período de definição do processo de transição política, al-Sistani constituiu-se como interlocutor da Autoridade Provisória da Coligação. Através dos seus pareceres, foi vinculando a discussão sobre o calendário e a forma da transição. Uma situação semelhante seria impossível para os sunitas, cujo clero tem uma estrutura menos formal e organizada.

Os sunitas apresentam-se às eleições divididos por um grande número de pequenos partidos, nenhum dos quais tem o peso eleitoral dos seus equivalentes xiitas e curdos.³⁰ A Associação dos *Ulama* Muçulmanos decidiu boicotar o escrutínio e o Partido Islâmico Iraquiano não apresentou a sua candidatura. Adnan Pachachi, que lidera os Democratas iraquianos Independentes, apelou ao adiamento do acto eleitoral. Pachachi é um dos mais respeitados políti-

cos iraquianos que viveu no exílio a partir de 1968, com o golpe de Estado do Baas.

Em finais de Novembro de 2004, 17 partidos representando os sunitas, curdos, cristãos e grupos seculares juntaram a sua voz à de Pachachi. O actual presidente iraquiano, Ghazi al-Yawer, um sunita (é líder de uma importante tribo do norte do país, os Shammar), não se tinha ainda decidido quanto à sua estratégia eleitoral. É possível que al-Yawer e o seu Primeiro-Ministro, o xiita Iyad Allawi, organizem uma aliança (Allawi concorreu com uma coligação de partidos denominada Lista Iraquiana). O presidente pode apelar a um largo segmento sunita, ao mesmo tempo que goza de alguma influência sobre as outras comunidades étnico-religiosas. Por sua vez, Allawi tem bons contactos com os antigos militares sunitas e as tribos do oeste do Iraque.³¹

Este conjunto de circunstâncias alimenta o ressentimento sunita face à Coligação. A inevitável alteração na distribuição do poder explica alguma da resistência armada e dos fenómenos de violência contra as tropas de ocupação. Alguns rejeitam o escrutínio porque não reconhecem a validade deste acto sob um regime de ocupação. Este ponto de vista é também partilhado por alguns xiitas, em particular pelos adeptos de al-Sadr e pelos islamistas. A participação sunita é fundamental, uma vez que o principal objectivo das eleições é a criação de uma assembleia que elaborará a constituição definitiva do Iraque. Por conseguinte, a representação de todas as facções é crítica para o futuro político do país. Se os sunitas não participarem no escrutínio, as eleições terão efeitos profundamente destabilizadores. Será um factor de divisão, em vez de um factor de unificação do país.

Desde o fim da guerra que os EUA têm encarado as questões de política interna sob o prisma comunitário. Essa abordagem tem tido efeitos perversos: enfraquecer os seculares (sunitas ou xiitas), exacerbar as tensões étnico-religiosas e reforçar o sentimento de isolamento dos sunitas.

A comunidade xiita é fonte de menor resistência. Os xiitas têm menos a perder do que os sunitas: para todos os efeitos, têm a maioria numérica (cerca de 60% da população), estando, por conseguinte, destinados a ter o papel principal na gestão do país. Desse ponto de vista, estão mais empenhados em manter a unidade do Iraque.

Notas

- 1 Alexandra Prado Coelho, «Bush otimista em relação às eleições iraquianas» (*Público*, 8 de Janeiro de 2005), p. 18.
- 2 Renzo Cianfanelli, «Voto in Iraq, non garantiamo la sicurezza» (*Corriere della Sera*, 8 de Janeiro de 2005), p. 12.
- 3 Anthony Cordesman afirmou que são forças sem preparação que «são enviadas para morrer». Ver Paul Reynolds, «Blistering attacks threaten Iraq election» (*BBC News Online*, 10 de Janeiro de 2005).
- 4 O anúncio do mandato, em 1919, foi mal recebido entre a população, onde o sentimento pró-otomano era forte, e os sintomas da revolta não tardaram a fazer-se sentir. Em Maio de 1920, um pequeno incidente desencadeou uma revolta generalizada no sul do Iraque que alastrou até às portas de Bagdade. A guerrilha destruiu os caminhos-de-ferro, o que impediu os destacamentos ingleses, sediados na capital, de acorrer aos que estavam isolados pelo país. Entre Junho e Outubro de 1920, os ingleses perderam 1654 homens e gastaram 40 milhões de libras (mais de seis vezes o financiamento inglês à Revolta Árabe na I Guerra Mundial) para restaurar a ordem.
- 5 Anthony H. Cordesman, «Strengthening Iraqi Military and Security Forces» (, 7 de Janeiro de 2005).
- 6 *Idem.*
- 7 Anthony Shadid, «Troops move to quell insurgency in Mosul» (*The Washington Post*, 17 de Novembro de 2004).
- 8 Cordesman, «Strengthening Iraqi Military and Security Forces».
- 9 Bill Gertz, «Foreign terrorists in Fallujah», (*The Washington Times*, 14 de Dezembro de 2004).
- 10 Karl Vick e Jackie Spinner, «Insurgent attacks spread in Iraq» (*The Washington Post*, 16 de Novembro de 2004); Rowan Scarborough, «Stifling Iraqi rebels reveals a long-term project» (*The Washington Times*, 16 de Novembro de 2004); e, Edward Wong e James Glanz, «The conflict in Iraq: Insurgents; Rebels attack in Central Iraq and the North» (*The New York Times*, 16 de Novembro de 2004).
- 11 Cordesman, «Strengthening Iraqi Military and Security Forces».
- 12 Paul Reynolds, «Blistering attacks threaten Iraq election» (*BBC News Online*, 10 de Janeiro de 2005).
- 13 *Idem.*
- 14 *Idem.*
- 15 Tarik Kafala, «Election drives attacks on Shia», (*BBC News Online*, 20 de Dezembro de 2004).
- 16 Os *Ulama* xiitas (membros do clero) estão dispostos numa complexa hierarquia encabeçada pelos *Mujtahids*. Os *Mujtahids* usam o seu julgamento independente para interpretar a lei islâmica (*Sharia*). O *Ayatollah* especializa-se na lei islâmica. Incumbe-lhe redigir uma obra chamada «Resaleh-e Touzihol Massael» («Livro de Explicação dos Problemas»), na qual tenta fornecer respostas a problemas relacionados com a aplicação da *Sharia* aos assuntos quotidianos. Os *Mujtahids* de dignidade superior são chamados *Ayatollah-ol Ozma* («Grande *Ayatollah*») ou *Marj'a Taghlid* («Fonte de Imitação»). Este tem por regra muitos seguidores, sendo reputado pela sua piedade e conhecimento. Ver Mohammed Amjad, *Iran: From Royal Dictatorship to Theocracy* (Westport, CT: Greenwood Press, 1980), pp. 35–6; e, Maria do Céu Pinto, *Infieis na Terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão* (Lisboa:

- Fundação Calouste Gulbenkian/
Fundação para a Ciência e Tecnologia,
2003), p. 215.
- 17 International Crisis Group (ICG),
«Iraq's Transition: On a Knife Edge»
(*Middle East Report*, nº 27, 27 de Abril
de 2004), pp. 21–2.
- 18 É um dos «Grande *ayatollahs*» que
compõem o *marja'íya* do *Hawza*
xiita, isto é, a cúpula da instituição
de aprendizagem. Sistani é o mais
importante dos quatro. Ver ICG
Briefing, *Iraq's Shiites Under*
Occupation (9 de Setembro de 2003).
- 19 ICG, «Iraq's Transition», pp. 21–2.
- 20 «Iraq Elections at-a-Glance» (*BBC*
News Online, 23 de Novembro de
2004).
- 21 Steve Negus, «Election Season»
(*Middle East International*, nº 740, 17
de Dezembro de 2004), p. 4.
- 22 Anthony H. Cordesman, «Praying
for Luck: The Real Meaning of Iraq's
Coming Elections», (*Center for*
Strategic and International Studies, 7
de Janeiro de 2005), pp. 6–7.
- 23 Cordesman, «Praying for Luck», p.
5. Inclui ainda o Partido Nacional
Democrático do liberal sunita Nasir
al-Chaderchi, o Partido da Virtude,
que segue a linha do pai de al-Sadr
(mas que não segue o filho), alguns
xiitas independentes, xiitas curdos e
personalidades turcomanas, yazidis e
cristãs.
- 24 Os pontos essenciais da teoria de
Khomeini, implementada com a
criação da República Islâmica do
Irão, são: (1) a necessidade de criar
instituições políticas islâmicas ou,
por outras palavras, de subordinar
todo o exercício do poder político às
leis do Islão; (2) o dever dos sábios do
Islão/doutores da lei (os *Fuqaha*) de
estabelecerem um Estado islâmico
assumindo as funções legislativas,
executivas e judiciais (o *Velayat-e*
Faqih propriamente dito); ver Pinto,
«Infiéis na Terra do Islão», pp. 34–5.
- 25 ICG, «Iraq Backgrounder: What Lies
Beneath» (*Middle East Report*, nº 6,
1 de Outubro de 2002), p. 31.
- 26 Phebe Marr, *Modern History of Iraq*
(Boulder, CO: Westview Press, 2004),
p. 105.
- 27 Carole A. O'Leary, «The Kurds of Iraq:
Recent History, Future Prospects»
(*Middle East Review of International*
Affairs, Vol. 6, nº 4, Dezembro de
2002), p. 22.
- 28 Contudo, é correcto precisar que,
mais do que um regime de sunitas,
era um regime do partido Baas e dos
membros do clã de Saddam Hussein,
oriundos, tal como ele, da cidade de
Tikrit. Nos anos 90, todas as tentativas
de o derrubar partiram do «triângulo
sunita».
- 29 ICG, «Iraq's Transition», p. 19.
- 30 Steve Negus, «The Widening Divide»
(*Middle East International*, nº 739, 3 de
Dezembro de 2004), p. 7.
- 31 *Idem*, p. 5.

Iraque

